

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E CONTEXTO SOCIAL: QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)



Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Educação Inclusiva e Contexto Social: Questões Contemporâneas

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Lorena Prestes
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.ª Dr.ª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	Educação inclusiva e contexto social [recurso eletrônico] : questões contemporâneas / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Educação Inclusiva e Contexto Social. Questões Contemporâneas; v. 1) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-431-3 DOI 10.22533/at.ed.313192506 1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais. 3. Educação inclusiva. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série. CDD 379.81
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO VOL. 1

O livro “Educação Inclusiva e Contexto Social: Questões Contemporâneas” foi dividido nos Volumes 1 e 2, totalizando 56 artigos de pesquisadores de diversas instituições de ensino superior do Brasil. O objetivo de organizar esta coleção foi o de divulgar relatos e pesquisas que apresentassem e discutissem caminhos para uma educação inclusiva permeando contextos sociais distintos.

Neste Volume 1 “A educação inclusiva e os contextos escolares”, foram reunidos 26 artigos que apresentam discussões partindo da formação de professores à aplicação de políticas públicas voltadas para a educação inclusiva, não somente da inclusão dos sujeitos com algum grau de deficiência física ou mental, mas também, a partir da inclusão, por exemplo, por meio da pedagogia hospitalar, do jovem e adulto e dos “superdotados”.

No Volume 2, os artigos foram agrupados em torno de três temáticas principais. São elas: “Deficiência intelectual e inclusão educacional”, “Cegos, surdos e vivências no ambiente escolar” e “Diversidade da educação inclusiva”. Esta coleção é um convite à leitura, pesquisa e a troca de experiências.

Entregamos ao leitor o Volume 1 do livro “Educação Inclusiva e Contexto Social: Questões Contemporâneas”, com a intenção de divulgar o conhecimento científico e cooperar com o diálogo acadêmico na direção de uma educação cada vez mais inclusiva.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A EDUCAÇÃO INFANTIL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONTRIBUIÇÕES DA TECNOLOGIA ASSISTIVA	
Paulo Roberto Silva Sheila Venancia da Silva Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.3131925061	
CAPÍTULO 2	11
A CONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO E A EDUCAÇÃO: ANÁLISE INSTITUCIONAL A PARTIR DA ARQUITETURA DE UMA ESCOLA PÚBLICA	
Paulo Emílio Gomes Nobre Adriano de Souza Alves	
DOI 10.22533/at.ed.3131925062	
CAPÍTULO 3	15
A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DO AEE NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ANDRADINA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES	
Izabel de Lourdes Gimenez Souza	
DOI 10.22533/at.ed.3131925063	
CAPÍTULO 4	28
ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL A PARTIR DA DECLARAÇÃO DE SALAMANCA E LDB	
Ângela Martins de Castro Daniel de Oliveira Perdigão Mariana Lima Vecchio	
DOI 10.22533/at.ed.3131925064	
CAPÍTULO 5	34
APROPRIAÇÃO DE CONCEITOS CIENTÍFICOS NO CONTEXTO ESCOLAR A PARTIR DE SITUAÇÕES PROBLEMA: UM ESTUDO DE CASO	
Janete Aparecida Guidi Viviane Gislaine Caetano Auada Elsa Midori Shimazaki Rozana Salvaterra Izidio	
DOI 10.22533/at.ed.3131925065	
CAPÍTULO 6	48
CAPACITAÇÕES DE PROFESSORES PARA ATUAÇÃO NO ENSINO DE CRIANÇAS ESPECIAIS NA REDE REGULAR DE ENSINO: SUBSÍDIOS PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA	
Grazielle Carolina de Almeida Marcolin Luana Taik Cardozo Tavares Alan Rodrigues de Souza Kíssia Kene Salatiel Meiry Aparecida Oliveira Vieira Lucilene Cristiane Silva Fernandes Reis Érica Gonçalves Campos Débora Paula Ferreira Jéssica Aparecida Rodrigues Santos Rozangela Pinto da Rocha Camila Neiva de Moura	

DOI 10.22533/at.ed.3131925066

CAPÍTULO 7 54

CONHECIMENTO PRÉVIO COMO MATÉRIA PRIMA PARA O APRENDIZADO: TEORIA DE DAVID AUSUBEL SOB O OLHAR DE MARCO ANTÔNIO MOREIRA

[André Luiz Borges da Silva](#)

[Thaís Ayres da Silva](#)

DOI 10.22533/at.ed.3131925067

CAPÍTULO 8 61

CONTRIBUIÇÕES DA TUTORIA PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA

[Aline Soares Guimarães](#)

[Angélica Marinna Cardoso Mota](#)

[Camila Alves Lima Gomes](#)

[Sinara Pollom Zardo](#)

DOI 10.22533/at.ed.3131925068

CAPÍTULO 9 76

CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS DE SAÚDE: PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA FORMAÇÃO DO ENFERMEIRO

[Caroline Thaís Both](#)

[Andressa da Silveira](#)

[Cristina Numer](#)

[Neila Santini de Souza](#)

DOI 10.22533/at.ed.3131925069

CAPÍTULO 10 88

DIFICULDADES DE ACESSO E PERMANÊNCIA DE ADOLESCENTES COM CÂNCER NA EDUCAÇÃO BÁSICA

[Cristina Bressaglia Lucon](#)

DOI 10.22533/at.ed.31319250610

CAPÍTULO 11 99

EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA NA AMAZÔNIA AMAPAENSE: O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) NO CONTEXTO DA ESCOLA DO CAMPO

[Taiana Furtado dos Anjos](#)

[Allan Rocha Damasceno](#)

[Pedro Clei Sanches Macedo](#)

DOI 10.22533/at.ed.31319250611

CAPÍTULO 12 111

EDUCAÇÃO INTEGRAL E AS POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO DE ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO DOS SUJEITOS APRENDENTES

[Gleiciane Álice Oliveira de Carvalho](#)

[Andrezza Belota Lopes Machado](#)

DOI 10.22533/at.ed.31319250612

CAPÍTULO 13 124

JOVENS E ADULTOS COM DEFICIÊNCIA EM INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS: QUESTÕES DA VIDA ADULTA

[Thais da Silva Oliveira](#)

[Gabriela Brutti Lehnhart](#)

Sabrina Fernandes de Castro

DOI 10.22533/at.ed.31319250613

CAPÍTULO 14 136

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM GRUPO NA SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Solange Regina Alves André

DOI 10.22533/at.ed.31319250614

CAPÍTULO 15 146

O CONTEXTO DAS DIFERENÇAS: CONCEPÇÕES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Cheila Dionísio de Mello

DOI 10.22533/at.ed.31319250615

CAPÍTULO 16 157

O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA NA ÓTICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA

Marcus Edson Carilo de Mello Vieira

Tâmara Gabriella de Souza Cardoso

Joslei Viana de Souza

DOI 10.22533/at.ed.31319250616

CAPÍTULO 17 164

O TRABALHO INTERDISCIPLINAR COMO POTENCIALIZADOR DE APRENDIZAGENS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Fabiana Neves Bertolin

Edí Marise Barni

DOI 10.22533/at.ed.31319250617

CAPÍTULO 18 175

OS DESAFIOS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO ESCOLAR

Karolini Galimberti Pattuzzo Breciane

Isabel Matos Nunes

DOI 10.22533/at.ed.31319250618

CAPÍTULO 19 189

OS PARQUES INFANTIS: ANÁLISE LEXICAL DE TEXTOS SOBRE ESSES ESPAÇOS EDUCACIONAIS INCLUSIVOS

Aline de Novaes Conceição

DOI 10.22533/at.ed.31319250619

CAPÍTULO 20 199

PEDAGOGIA HOSPITALAR E INCLUSÃO: UM DIREITO À EDUCAÇÃO

Maria Elaine Gonçalves de Menezes Pinheiro

Maria Roseane Gonçalves de Menezes

Jocilene Maria da Conceição Silva

DOI 10.22533/at.ed.31319250620

CAPÍTULO 21 208

PESQUISA BIBLIOGRÁFICA SOBRE ATITUDES SOCIAIS PARA INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: ESTUDO INTRODUTÓRIO

Felipe Rodrigues Martins

Sandra Regina Barbosa
Edicléa Mascarenhas Fernandes
DOI 10.22533/at.ed.31319250621

CAPÍTULO 22 215

PISTOLA: UMA HISTÓRIA INTERDISCIPLINAR, CAMINHOS DE INCLUSÃO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Giovana Toscani Gindri
Nathalia Neresi Pavanelo
Raquel Brondísia Panizzi Fernandes

DOI 10.22533/at.ed.31319250622

CAPÍTULO 23 227

O PROEJA : POR UMA POLÍTICA PÚBLICA CONTÍNUA

Maria Luzenira Braz
Divina Elecir de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.31319250623

CAPÍTULO 24 237

PROTAGONISMO DO CORPO DISCENTE COMO PRÁTICA INOVADORA E INCLUSIVA NO CURSO DE PEDAGOGIA DA FTESM

Bárbara de Britto Terra Nova Gonçalves
Viviane da Costa Bastos

DOI 10.22533/at.ed.31319250624

CAPÍTULO 25 249

TECNOLOGIA ASSISTIVA: COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA NO CONTO E RECONTO DE HISTÓRIA NA ESCOLA

Débora Deliberato
Fernanda Delai Lucas Adurens

DOI 10.22533/at.ed.31319250625

CAPÍTULO 26 260

MODOS DE SER AMOROSO DO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO SURDO NA SUA RELAÇÃO COM UM OUVINTE: O CASO DA PELÍCULA JAPONESA “HIDAMARI GA KIKOERU” (2017)

DE DAISUKE KAMIJÔ

Rute Léia Augusta da Silva
Hiran Pinel
Vitor Gomes

DOI 10.22533/at.ed.31319250626

SOBRE O ORGANIZADOR..... 275

A EDUCAÇÃO INFANTIL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONTRIBUIÇÕES DA TECNOLOGIA ASSISTIVA

Paulo Roberto Silva

Licenciado em História e Especialista em Educação Especial pela Fundação Educacional Unificada Campograndense (FEUC)
E-mail: prosil88@gmail.com

Sheila Venancia da Silva Vieira

Mestre em Ensino pelo Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão (CMPDI/UFF). Professora do Curso de Especialização em Educação Especial da Fundação Educacional Unificada Campo Grandense (FEUC). E-mail: sheilavenancia@gmail.com

Indicação de Eixo temático: Acessibilidade e tecnologia assistiva

Indicação de categoria: comunicação oral

RESUMO: Diante de tantos desafios que se impõe à construção da escola inclusiva, a tecnologia assistiva (TA) vem sendo apresentada como um caminho e um recurso de apoio à prática pedagógica assertiva e responsiva à expansão de habilidades funcionais de pessoas com deficiência e como forma de construção de vida independente e autonomia. Para este texto, buscamos delinear, ainda que parcialmente, a realidade do atendimento direcionado aos alunos com deficiência atendidos em turmas da educação infantil em interface com os recursos de TA. Para este fim, elegemos a abordagem qualitativa por meio do levantamento

bibliográfico que identificasse a produção acadêmica nacional relacionada à temática tecnologia assistiva aplicada a Educação Infantil, ressaltando os pressupostos teóricos defendidos por Bersch (2005) e Galvão Filho (2009). Como resultados foi possível constatar que as informações disponíveis na literatura especializada valorizam as ações docentes de contextualização e produção de oportunidades de construção do modo de agir e experiência particular como colaboradoras na aquisição de autonomia e independência discente. No entanto, as ações pedagógicas demandam criterioso e intencional planejamento que privilegiem o investimento, a experimentação e estimulação enquanto princípios éticos, políticos e estéticos estabelecendo aprendizagem e desenvolvimento enquanto direito e mote dos processos escolares.

PALAVRAS – CHAVE: Tecnologia assistiva; Educação inclusiva; Educação Infantil

INTRODUÇÃO

A lei 13.146/2015, conhecida como lei brasileira de inclusão (LBI) ou estatuto da pessoa com deficiência, publicada no mês de julho de 2015, e em vigor a partir de janeiro do ano seguinte trouxe não apenas um novo ordenamento jurídico ao nosso país, mas, uma diretriz legal que, dentre outros aspectos,

elevou alguns decretos em vigência no cenário nacional à categoria de lei. No presente estudo, nosso foco busca fazer menção as implicações provenientes da conjunção aparato legal e ações práticas da educação infantil, por meio da compreensão, proposições e tratamentos dado ao conceito central da tecnologia assistiva como princípio fundamental de promoção de autonomia e independência, como descrito pela referida lei exposta no artigo 3º, inciso III, que define a,

Tecnologia assistiva ou ajuda técnica [como] produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (BRASIL, 2015)

No contexto da educação inclusiva, a opção uso pelo uso da tecnologia assistiva pode significar a construção efetiva e a promoção de inclusão em ampla escala, ou seja, de todos os alunos nos ambientes escolares que demandam destes recursos, serviços ou estratégias. A estimulação ofertada às crianças em primeiros anos de vida, comprovadamente é uma etapa favorável a ampliação de conexões nervosas, que oportunizam em maior desenvolvimento do cérebro.

Há anos abordagens estratégicas tradicionais de ensino vêm predominando nas escolas brasileiras, junto com elas, a urgência em atualizar o espaço escolar. Com o avanço tecnológico, as pessoas com deficiência puderam acessar algumas possibilidades outrora tão distante, conquistando desta forma e a cada dia mais espaço, convivência e consciência de suas potencialidades quer sejam em contextos escolares, quer seja em contextos sociais.

A falta de escolarização e desenvolvimento de conceitos básicos necessários para viver uma vida autônoma impedem muitos alunos com deficiências de ingressarem no mercado de trabalho ou terem uma vida adulta mais significativa existencialmente. De fato, a escola, seja regular ou especializada, em nosso país, de modo geral, não tem preparado esses alunos nas habilidades sociais básicas as quais são pré-requisitos para acesso ao mundo do trabalho, mesmo informal. (GLAT e PLETSCHE, 2010).

As questões que perpassam o desenvolvimento das crianças de zero a seis anos, atravessam uma concordância ampla em torno da crença do quanto a Educação Infantil se configura como terreno fértil e profícuo de desenvolvimento de crianças com deficiência. Contudo, as informações oficiais ainda apresentam se incipientes e pouco responsiva tanto em número de matrículas regulares, quanto em práticas elementares que possam estimular a construção de independência e autonomia para essa faixa etária.

DESENVOLVIMENTO

A compreensão sobre a deficiência é um constructo em evolução originada pelo choque entre o sujeito e as barreiras impeditivas de natureza física, de comunicação ou atitudinal, encontradas na interação com o ambiente. Há verdadeiros campos de

experiências, que conservam relações com esta área de conhecimento que, além de servirem à organização necessária de etapas futuras em processos de escolarização, fornecem subsídios à elaboração de metas de aprendizagem e desenvolvimento específicas para algumas faixas etárias.

Abrangentes documentações internacionais, a literatura jurídica, os debates acerca dos direitos e a comprovação psicopedagógica respaldam e orientam diretrizes inclusivas baseadas na superação de limitações, estendendo e beneficiando a todos, à despeito das condições particulares de convivência, seja ela na mesma escola, em espaços comuns, ambientes de aprendizagem, no mesmo currículo, entre outras coisas.

Em nosso país, já é possível amparar o trabalho pedagógico em determinações políticas que incentivam o desenvolvimento das crianças com deficiência por meio dos recursos e estratégias que ampliem processos de aprendizagem e construção de habilidades funcionais aplicação ao contexto escolar. Isso está posto por meio de documentos nacionais e internacionais, tais como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2009)¹, de obrigatório cumprimento por sua condição de emenda constitucional.

Discussões desenvolvidas neste campo de conhecimento já debatem as possíveis intervenções que o público demandante da TA precisa incorporar em suas rotinas para superar questões elementares de acessibilidade e construção de habilidades educacionais. Pautando nos em orientações presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2013), à saber: conviver, brincar, participar, explorar, expressar, conhecer-se, compreendemos a educação infantil, como campo fértil para proposições e tentativas constitutivas de itinerários formativos. Os estudos da área apontam esse caminho, principalmente o quanto é favorável o uso adequado dos recursos e estratégias da tecnologia assistiva.

Para referenciar esta discussão, citamos as orientações contidas na publicação do Ministério da Saúde, denominado “*Ação do Plano Nacional de Enfrentamento à Microcefalia*” (BRASIL, 2015), que apontam objetivos e indicadores auxiliares aos profissionais da Atenção à Saúde no trabalho de estimulação precoce às crianças de zero a três anos de idade com microcefalia e, portanto, com alterações ou potenciais alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, e em seus efeitos relacionais e sociais.

Diante da diversidade de modelos e padrões educacionais, precisamos realizar a abordagem também pensando nos professores e profissionais de educação. As

1 Para delimitar a compreensão que temos acerca deste documento norteador, nos valem da ideia que a convenção das pessoas com deficiência, é um reconhecimento da identidade singular destes sujeitos enquanto coletivo, com contexto peculiar, o que requer proteção específica para acesso ao pleno exercício dos direitos, o que não é provido pela descrição genérica dos direitos contidos nos demais tratados existentes. Para maiores informações ver LOPES, Laís Vanessa Carvalho de Figueirêdo. Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência da ONU, seu protocolo facultativo e a acessibilidade.

opções metodológicas terão que considerar a utilização intencional dos recursos de TA em seus planejamentos. Brinquedos e brincadeiras, objetos com respostas sensoriais e perceptivas, atividades lúdicas e utilizando o próprio corpo, além do corpo do outro, realizam a tarefa de evolução de repertório. E são indicados ainda por que,

No brincar a criança inicia o seu processo de autoconhecimento, toma contato com a realidade externa e, a partir das relações vinculares, passa a interagir com o mundo. O brinquedo torna-se instrumento de exploração e desenvolvimento das capacidades da criança. Brincando, ela tem a oportunidade de exercitar funções, experimentar desafios, investigar e conhecer o mundo de maneira natural e espontânea, expressando seus sentimentos e facilitando o desenvolvimento das relações com as outras pessoas. (BRASIL, 2016)

A tecnologia assistiva tem um papel essencial nesta luta, ela fornecerá o auxílio necessário para crianças com deficiência e veículo de visibilidade e descobertas da comunidade acerca das potencialidades e capacidades à serem estimuladas ao desenvolvimento. Enquanto ferramentas de inclusão sócio educacional há que se ter envolvimento e suporte adequado, no sentido de romper com barreira do preconceito imposto pela sociedade. Equipes de gestão e coordenação também possuem seu papel, vez que a unidade escolar precisa atender à critérios para além das questões arquitetônicas.

Embora haja um crescente interesse na temática e pesquisas sobre acessibilidades, os resultados apontam grandes fragilidades, apesar do meio educacional e dos profissionais que atuam na área da educação inclusiva e especial demonstrarem os benefícios trazidos por intermédio da mediação. Em seu entendimento Galvão Filho (2001), nos aponta o quanto é imprescindível, para o facilitar o conhecimento sobre o aluno, sua história, seu meio social, sua forma e estilo de interagir e construir o conhecimento” (GALVÃO FILHO, 2001)

É importante ressaltar que as decisões, sobre recursos de acessibilidade que farão parte da intervenção com os alunos precisam partir de um planejamento específico e individual, ou seja, personalizado para cada aluno. Deve comunicar com uma análise detalhada e escuta, aprofundada de sucesso, necessidades, para, a partir daí obtendo pelos recursos que melhor respondam. Em alguns casos é necessário também a escuta de deferente profissionais, como terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas ou outros(...) (GALVÃO FIHO, 2009a).

OBJETIVOS

Este estudo apresenta como objetivo geral identificar a produção acadêmica nacional relacionada à temática tecnologia assistiva aplicada a Educação Infantil. Não obstante, cabe ressaltar que o mesmo se configura como um recorte temático proveniente de uma pesquisa maior. Estudo este, que teve como objetivo geral a demonstração da tecnologia assistiva enquanto campo teórico e prática favorável a inclusão dos alunos com deficiência na educação infantil. Optamos ainda, por

discriminar os objetivos específicos abaixo, enquanto favoráveis as hipóteses por nós investigadas, no sentido de:

- Entender e compreender a tecnologia assistiva por meio da explicitação e delimitação das informações implícitas na sua conceituação;
- Discutir a acessibilidade por meio da implementação da tecnologia assistir aplicada às crianças na faixa etária de zero à seis anos.

METODOLOGIA

Este relato de pesquisa, desenvolvido como pré-requisito para a obtenção do título de especialização do autor fundamentou-se a partir dos pressupostos da pesquisa bibliográfica de materiais publicadas em livros, artigos, dissertações e teses disponíveis nas principais bases de dados públicos, à saber Scielo, Redalyc, Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Portal Periódicos Capes².

Entende-se pesquisa como um processo no qual o pesquisador tem “uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente”, pois realiza uma atividade de aproximações sucessivas da realidade, sendo que esta apresenta “uma carga histórica” e reflete posições frente à realidade (MINAYO, 1994, p.23).

Segundo Cerro, Bervian e da Silva (2007, p.61), a pesquisa bibliográfica “constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema. Segundo Vergara (2000), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído, principalmente, de livros e artigos científicos e é importante para o levantamento de informações básicas sobre os aspectos direta e indiretamente ligados à nossa temática.

A importância assumida pela tecnologia assistiva no âmbito da educação especial, cabe destaque enquanto campo de pesquisa e auxílio educacional com infinitas perspectivas e progressões, principalmente quando nos voltamos a faixa etária compreendida por sujeitos da educação infantil e pré-escola. O acolhimento e

² As bases de dados consultadas nesta investigação foram escolhidas obedecendo à confiabilidade das fontes utilizadas pelo sítio, capacidade de indexação de diversos periódicos e bancos de dados, bem como, oferecer acesso livre e gratuito, sendo também considerada a notabilidade e presença dos termos pesquisados. O acervo eletrônico Scielo (Scientific Electronic Library Online/Biblioteca Científica Eletrônica em Linha - publicação eletrônica cooperativa de periódicos científicos na Internet, desenvolvido para responder às necessidades da comunicação científica nos países em desenvolvimento e na América Latina e Caribe). O repositório Redalyc (plataforma para serviços científicos de informação de acesso aberto a nível internacional, que visa atender as necessidades de informação especializados de estudantes, pesquisadores no desenvolvimento científico e tecnológico através da recuperação e consulta de conteúdo especializado e geração de indicadores quantitativa e qualitativamente para saber como a ciência está sendo feita na América Latina). O Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) que disponibiliza referências e resumos de teses e dissertações defendidas nos programas de pós-graduação de todo país. O Portal Periódicos Capes, uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional.

o cuidado a essas crianças e a suas famílias são essenciais para que se conquiste o maior ganho funcional possível nos primeiros anos de vida, fase em que a formação de habilidades primordiais e a plasticidade neuronal estão fortemente presentes, proporcionando amplitude e flexibilidade para progressão do desenvolvimento nas áreas motoras, cognitiva e de linguagem (MARIA-MENGEL; LINHARES, 2007).

Concordamos, então, com as impressões de Torres e Tapia (2016, s.p.) que sugerem que para a real experiência de “uma proposta inclusiva que atenda às necessidades dos alunos, é preciso acima de tudo vontade política, estrutura física adequada, qualificação dos educadores, além da educação permanente e, principalmente, a compreensão da inclusão para todos. ”

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A oferta da educação especial é assumida, em perspectiva transversal, como dever constitucional do Estado, tendo início a partir da faixa etária de zero a seis anos, ou seja, durante a educação infantil.

Vygotski (1997) defendia que qualquer deficiência, física ou mental, transforma a relação do sujeito com o mundo e modifica as relações com os outros sujeitos com os quais convive, ou seja, a restrição orgânica se mostra como uma “anormalidade social da conduta”. Não obstante, não é a diferença biológica o principal fator que implica em desenvolvimento limitado ou na defasagem do desenvolvimento da pessoa com deficiência, afinal esta é apresentada sob diversos modos em conformidade com as exigências, culturas e especificidades de construída de forma coletiva.

Pessoas sem fala ou escrita funcional ou ainda em defasagem entre sua necessidade comunicativa e sua habilidade em falar e/ou escrever indicam o intenso uso de tecnologia no dia a dia para tornar a vida mais simples e fácil (BERSCH, 2008) sem esta, permanecem desconsideradas nas mais diversas situações cotidianas, inclusive sendo vistas como pessoas que não pensam (REILY, 2004, p 67).

Partindo do referencial de infância como grupo na estrutura social, apoiando-nos em Qvortrup (2010, p. 637), também acreditamos que:

[...] a infância tanto se transforma de maneira constante assim como é uma categoria estrutural permanente pela qual todas as crianças passam. A infância existe enquanto um espaço social para receber qualquer criança nascida e para incluí-la – para o que der e vier – por todo o período da sua infância. Quando essa criança crescer e se tornar um adulto, a sua infância terá chegado ao fim, mas enquanto categoria a infância não desaparece, ao contrário, continua a existir para receber novas gerações de crianças (QVORTRUP, 2010).

Considerando o vértice das ações docentes de contextualização e produção de oportunidades de construção do modo de agir e experiência particular, Manzini (1999), cita que o elemento central norteador da atuação do professor é o planejamento de atividades a partir de um determinado objetivo, que pode não ser alcançado dependendo dos recursos utilizados na atividade. Rocha et al (2015), ao compreender a percepção

dos aspectos operacionais prescritos por Manzini e Santos (2002), reforçam a contribuição das etapas necessárias à implementação e prescrição de recursos de tecnologia assistiva no ambiente escolar, por meio do esquema representado pela figura 1:



Fig 1: Fluxograma para desenvolvimento de tecnologia assistiva na escola

Fonte: MANZINI; SANTOS; 2002

Inúmeras soluções tecnológicas, cada vez mais, demonstram-se aliadas indispensáveis à inclusão educacional das pessoas com deficiência. Melhorias nas condições de acessibilidade, incentivos a participação e efetivação dos processos de ensino e aprendizagem são fatores decisivos para atingirmos a essência presente nas discussões fundamentais acerca dos grandes obstáculos e desafios da educação dos nossos tempos. Condições estas que trazem em sua esteira os fundamentos e concepções que permeiam a educação especial sob a perspectiva inclusiva.

CONCLUSÃO

Sem pretensões de esgotar a análise e abordagem presente na literatura específica, compreendemos que as tensões políticas presentes nas práticas desenvolvidas na primeira infância apoiadas pela educação especial, estendendo-se para além do atendimento educacional especializado, por trazer à tona, a urgência de ampliação e entendimento sobre processos e procedimentos aplicados à inclusão escolar.

O trabalho pedagógico com alunos com deficiência demanda ações intencionais,

planejadas e com a utilização criteriosa de métodos, técnicas e ferramentas que permitam não apenas compensar³ e atender necessidades, como também ir além do que se espera ou projeta. Em função das relações entre a pessoa e tudo o que a cerca, ou seja, o entorno em que se dá o processo de aprendizagem que é próprio do humano.

A relação da escola com as tecnologias, tem demonstrado certa desconsideração das instituições, pela crença em uma proposição que atrela a utilização destes recursos a presença de uma pessoa/profissional qualificado. Portanto, ainda que presentes no espaço escolar, vários suportes educacionais podem ser negligenciados nas salas de aula. Entretanto o diálogo e a adesão ao uso da tecnologia assistiva imersa no espaço escolar ainda pode ser associada às impressões e expectativas direcionados às pessoas com deficiência. A inserção da TA não significa apenas a utilização de instrumentos, mas, implica mudança e modificação no/do contexto de modo a que este se configure favorável e facilitador da história de vida desta criança.

Depois da análise dos vários materiais publicados sobre tecnologia assistiva, é possível a compreensão acerca do advento e surgimento dos recursos tecnológicos provenientes dos movimentos da globalização. A ampliação em larga escala dos recursos tecnológicos direcionados às pessoas com deficiência, tem proporcionado oportunidades de desenvolvimento e autonomia, assim como, chance de inserção no mercado de trabalho e produção de independência.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência - ONU. Diário Oficial da União, Brasília, 2009.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica / Ministério da Educação*. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 562p. ISBN: 978-857783-136-4. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192. Acessado em 31/07/2018

_____. 2015, Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm; Acesso em 30/07/2018

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Diretrizes de estimulação precoce:

3 Resultado do estudo das obras Fundamentos de Defectologia (1989) e Transformação Socialista do Homem (2004) de L. S. Vigotski, a compensação refere-se ao processo substitutivo que garante o desenvolvimento, ou seja, quando uma ou mais vias de apreensão do mundo e de expressão não estão íntegras ou não podem ser formadas, o indivíduo pode eleger outras que estejam íntegras. Isto lhe permite estar no mundo e com ele se relacionar. Acontece, no entanto, que em alguns casos o indivíduo não apenas compensa o que lhe falta, mas vai além. Ele pode supercompensar, isto é apresentar um grau de adaptação na área em que tinha limites biológicos a um nível acima da média esperada para a sociedade na qual está inserido e na qual se humaniza. COELHO, BARROCO e SIERRA (2011).

crianças de zero a 3 anos com atraso no desenvolvimento neuropsicomotor decorrente de microcefalia / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 123 p. Disponível em <http://portal.arquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2016/janeiro/13/Diretrizes-de-Estimulacao-Precoce.pdf>. Acessado em 31/07/2018

BERSCH, R.; SCHIRMER, C. Tecnologia Assistiva no processo educacional. IN.: BRASIL.Ministério da Educação. Ensaio pedagógicos - construindo escolas inclusivas: 1 ed. Brasília:MEC, SEESP, 2005.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto da. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

GALVÃO FILHO, T. A. Educação especial e novas tecnologias: o aluno construindo sua autonomia. Revista Integração, Brasília: SEESP/MEC, v. 1, n. 23, ano 13, p. 24-28, 2001

_____. GALVÃO FILHO, T. A. Tecnologia Assistiva para uma escola inclusiva: apropriação, demandas e perspectivas. 2009. 346f. Tese (Doutorado em educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, 2009. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/10563/1/Tese%20Teofilo%20Galvao.pdf>. Acessado em 31/07/2018.

LIMA, Telma CS; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. Revista Katálisis, v. 10, n. 1, p. 37-45, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe>. Acessado em 09/05/2017

MANZINI, E. Jose. Recursos pedagógicos para o ensino de alunos com paralisia cerebral. Mensagem da APAE, v. 36, n. 84, p. 17-21, 1999.

_____. SANTOS, M. C. F. Portal de ajudas técnicas para a educação: equipamento e material pedagógico para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência – recursos pedagógicos adaptados. 1. ed. Brasília: MEC, v. 1, 2002, 56 p. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/rec_adaptados.pdf. Acessado em 14/08/2018

MARIA-MENGEL, M. R. S.; LINHARES, M. B. M. Fatores de risco para problemas de desenvolvimento infantil. Revista Latino-Americana de Enfermagem, [S.l.], v. 15, p. 837-842, 2007. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/rlae/v15nspe/pt_18.pdf. Acessado em 31/07/2018

PLETSCH, M. D. & GLAT, R. Pesquisa-ação: estratégia de formação continuada para favorecer a inclusão escolar. Artigo aceito para publicação na Revista Espaço do INES, Rio de Janeiro, 2010. Para favorecer a inclusão escolar. Artigo aceito para publicação na Revista Espaço do INES, Rio de Janeiro, 2010.

QVORTRUP, lens. A infância enquanto categorial estrutural. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.36, n.2, p. 631-643, maio/ago. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ep/v36n2/a14v36n2.pdf>. Acessado em 14/08/2018

REILY, L. H. Escola inclusiva: linguagem e mediação. Campinas: Papyrus, 2008

ROCHA, Aila Narene Dahwache Criado; DELIBERATO, Débora; ARAÚJO, Rita de Cássia Tibério. Procedimentos para a prescrição dos recursos de tecnologia assistiva para alunos da educação infantil com paralisia cerebral. Revista Educação Especial, Santa Maria, p. 691-708, set. 2015. ISSN 1984-686X. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/14398>>. Acesso em: 14 ago. 2018. doi:<http://dx.doi.org/10.5902/1984686X14398>.

TORRES, Veridiana; TAPIA, Letícia. Escola Inclusiva: o aluno com microcefalia, o que a Escola pode fazer? Disponível em https://publicacao.uniasselvi.com.br/index.php/PED_EaD/article/download/1702/816. Acessado em 31/07/2018

VERGARA, Sylvia C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 3.ed.
Rio de Janeiro: Atlas, 2000.

VYGOTSKI, Lev. S. El defecto y la compensacion. In: Obras escogidas: Fundamentos de defectologia.
Madrid: Visor, 1924/1997.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-431-3

